Ainda se sente o cheiro de enxofre: um sistema econômico caducado por seus próprios limites renega o futuro da juventude

Aún se siente el olor a azufre: un sistema económico obsoleto debido a sus propias limitaciones niega el futuro de la juventud

The smell of sulphur lingers: an economic system rendered obsolete by its own limits denies young people their future

Rafaela Venturella De Negri e
Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, no Panorama Político-Econômico, analisamos quatro grandes eixos: a carta aberta de 130 organizações da sociedade civil ao FMI contra a renovação da austeridade sob a Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades (RoC), denunciando a ressurreição moderna dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs); O estudo da The Lancet que demonstra que políticas de redistribuição de riqueza poderiam evitar até 29,5 milhões de mortes até 2030; A análise do Instituto Tricontinental sobre os levantes da chamada "Geração Z", cuja revolta espontânea contra a austeridade e a falta de futuro ainda não constitui um projeto organizado e pode tanto se transformar em solidariedade socialista quanto ser capturada pela extrema direita; E a celebração dos 20 anos do discurso de Chávez na ONU e da IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos em Havana, reafirmando a defesa de Cuba e do socialismo como horizonte estratégico. Na seção Saúde, denunciamos a censura coordenada sofrida por acadêmicos e profissionais de saúde que documentam a destruição dos sistemas de saúde na Palestina e no Líbano, sob a tática da "neutralidade médica"; O avanço do surto de Ebola na República Democrática do Congo em meio a uma resposta humanitária apenas 48% financiada; A necessidade urgente de preparação para o Super El Niño, cujos impactos sanitários são previsíveis e evitáveis, mas carecem de financiamento para adaptação; E os desafios do Acordo Pandêmico, particularmente o anexo inacabado sobre Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS), cuja janela de oportunidade pode se fechar.

Palavras-chave: Austeridade do FMI; Redistribuição de Riqueza; Levantes da Geração Z; Censura na Saúde; Super El Niño.

Resumen: *En este informe, en el Panorama político-económico, analizamos cuatro ejes principales: la carta abierta de 130 organizaciones de la sociedad civil al FMI en contra de la renovación de la austeridad en el marco de la Revisión del Diseño de los Programas y las Condicionalidades (RoC), en la que se denuncia el resurgimiento moderno de los Programas de Ajuste Estructural (PAE); el estudio de The Lancet que demuestra que las políticas de redistribución de la riqueza podrían evitar hasta 29,5 millones de muertes para 2030; el análisis del Instituto Tricontinental sobre los levantamientos de la llamada «Generación Z», cuya revuelta espontánea contra la austeridad y la falta de futuro aún no constituye un proyecto organizado y puede tanto transformarse en solidaridad socialista como ser capturada por la extrema derecha; Y la celebración de los 20 años del discurso de Chávez en la ONU y de la IV Asamblea Continental de ALBA Movimientos en La Habana, reafirmando la defensa de Cuba y del socialismo como*

horizonte estratégico. En la sección de Salud, denunciamos la censura coordinada que sufren académicos y profesionales de la salud que documentan la destrucción de los sistemas de salud en Palestina y el Líbano, bajo la táctica de la «neutralidad médica»; El avance del brote de ébola en la República Democrática del Congo en medio de una respuesta humanitaria financiada apenas en un 48 %; la necesidad urgente de prepararse para el Súper El Niño, cuyos impactos sanitarios son previsibles y evitables, pero carecen de financiamiento para la adaptación; y los desafíos del Acuerdo sobre Pandemias, particularmente el anexo inconcluso sobre el Acceso a los Patógenos y la Distribución de Beneficios (PABS), cuya ventana de oportunidad podría cerrarse.

Palabras clave: *Austeridad del FMI; Redistribución de la riqueza; Levantamientos de la Generación Z; Censura en la salud; Súper El Niño.*

Abstract: *In this report, in the Political-Economic Overview, we analyze four major axes: the open letter from 130 civil society organizations to the IMF against the renewal of austerity under the Review of Program Design and Conditionality (RoC), denouncing the modern resurrection of Structural Adjustment Programs (SAPs); the Lancet study demonstrating that wealth redistribution policies could prevent up to 29.5 million deaths by 2030; the Tricontinental Institute's analysis of the so-called "Generation Z" uprisings, whose spontaneous revolt against austerity and the lack of a future does not yet constitute an organized project and may either transform into socialist solidarity or be captured by the far right; and the commemoration of the 20th anniversary of Chávez's speech at the UN and the IV Continental Assembly of ALBA Movements in Havana, reaffirming the defense of Cuba and socialism as a strategic horizon. In the Health section, we denounce the coordinated censorship suffered by academics and health professionals who document the destruction of health systems in Palestine and Lebanon, under the tactic of "medical neutrality"; the advance of the Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo amid a humanitarian response that is only 48% funded; the urgent need for preparedness for the Super El Niño, whose health impacts are predictable and preventable but lack adaptation financing; and the challenges of the Pandemic Agreement, particularly the unfinished annex on Access to Pathogens and Benefit-Sharing (PABS), whose window of opportunity may be closing.*

Keywords: *IMF Austerity; Wealth Redistribution; Generation Z Uprisings; Health Censorship; Super El Niño.*

Panorama Político-Econômico

No bloco de *Panorama Político-Econômico*, começamos trazendo um novo artigo da *The Bretton Woods Project* sobre a renovação da austeridade como remédio para todos os males econômicos, depois, um artigo da *The Lancet* sobre como a redistribuição da riqueza teria um impacto imenso no desenvolvimento das nações e uma publicação do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social* sobre o futuro que a juventude demanda. Aproximando-nos da *UNGA81,* mais uma peça do Instituto sobre a *IV Assembleia Continental da ALBA* e os 20 anos do discurso de Chávez. Mais comentários da *UNGA81* serão adicionados no próximo informe, uma vez que as organizações que acompanhamos ainda estão digerindo os acontecimentos e resultados da Assembleia Geral.

"Global civil society warns IMF against a return to deeper austerity" nos informa que, no dia 11/09, 130 organizações de múltiplos países se reuniram e enviaram uma *carta ao FMI*

pedindo a revisão urgente dos *Program Design and Conditionality (RoC).* A frente da última reunião de revisão do conselho executivo em 14/09, a carta da sociedade civil expressa preocupação de que a RoC consolide uma abordagem de condicionalidades que já se mostrou prejudicial, contraproducente e inadequada para os desafios atuais, com a possível adoção da lógica fracassada dos Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) sob uma roupagem moderna. As organizações pedem que o FMI abandone a premissa de que a austeridade resolverá os problemas econômicos dos países, aborde a tendência dos programas de alimentar a desigualdade e sobrecarregar populações vulneráveis, e garanta alinhamento com o Acordo de Paris e outros acordos internacionais. A carta mostra que pontos de ação: abandonar a premissa de que a austeridade resolverá os desafios econômicos dos países; abordar a tendência dos programas do FMI de alimentar a desigualdade e empurrar ônus para populações vulneráveis; E garantir alinhamento entre os programas do FMI e o Acordo de Paris, além de outros acordos internacionais.

A seguir, a tradução da carta:

Carta aberta ao Conselho de Diretores Executivos do FMI sobre a Revisão de Condicionalidades e Desenho de Programas: Não ressuscitem "o FMI do seu avô".

Escrevemos como Organizações da Sociedade Civil extremamente preocupadas com o provável resultado da Revisão de Desenho de Programas e Condicionalidades (RoC). A revisão está em suas etapas finais e o FMI não publicou nada sobre a substância das propostas em consideração, no entanto, o resultado desta revisão impactará milhões de pessoas globalmente.

É extremamente preocupante que a RoC provavelmente consolide uma abordagem de condicionalidades que repetidamente se mostrou prejudicial, contraproducente e profundamente inadequada para enfrentar os desafios de hoje. A aparente insistência em adotar a abordagem política de "ajuste fiscal frontloaded" no desenho dos programas restauraria a infame e fracassada lógica dos programas de ajuste estrutural (SAPs) sob uma roupagem moderna. A liderança do Fundo declarou repetidamente que aprendeu com os erros catastróficos dessa era e que o FMI a superou. Aparentemente não. Usar a RoC para desenhar uma versão moderna dos desastrosos SAPs seria um grave erro em termos de prejudicar países em dificuldade, e cravaria outro prego no caixão da legitimidade do FMI.

Choques econômicos globais tornaram-se recorrentes e mais devastadores, especialmente sobre as economias do Sul Global. Esses choques e os aumentos das taxas de juros pelas economias avançadas exacerbaram as crises de dívida nos países do Sul Global, muitos dos quais estão sob programas de empréstimos do FMI. Os danos climáticos também estão crescendo. As Nações Unidas alertaram este mês que o aquecimento além da meta de 1,5°C agora é inevitável sem ação urgente. Enquanto as economias avançadas responderam à crise da COVID-19 com grandes políticas anticíclicas e têm cada vez mais utilizado política industrial, o FMI continuou a prescrever uma mistura familiar de austeridade e liberalização para os países em desenvolvimento. Os ônus são empurrados para populações vulneráveis, impactando desproporcionalmente mulheres e meninas e outros grupos marginalizados, investimentos em desenvolvimento são abandonados, e os danos ambientais crescem. O Fundo parece relutante em se mobilizar para ajudar os países. Não importa o desafio e sua escala, o Fundo parece ter apenas uma resposta: mais austeridade.

Enquanto o mal-estar social e o descontentamento crescem em muitos países que implementam programas do FMI, ainda não recebemos indicações de que a RoC esteja considerando mais do que ajustes técnicos menores, muito menos abordando preocupações de economia política. Pior ainda, certos membros do FMI estão pressionando por um compromisso ainda mais profundo com políticas de ajuste estrutural tradicionais e obsoletas. Instamos o Conselho Executivo e a administração do FMI a não carimbar uma abordagem profundamente falha e prejudicial ao desenho de programas e condicionalidades, mas, em vez disso, garantir que ela melhore em três domínios.

Primeiro, a RoC deve abandonar a premissa equivocada de que a austeridade resolverá os desafios econômicos dos países beneficiários. Como o ex-economista-chefe do FMI reconheceu, a consolidação fiscal intensa pode prejudicar o crescimento. Em parte porque o FMI subestima os impactos negativos da consolidação fiscal, os programas do FMI frequentemente têm desempenho abaixo das projeções. Em vez de amarrar as mãos dos países diante de choques externos, os programas do FMI deveriam apoiar os governos a estimular a recuperação.

Segundo, a RoC deve abordar a tendência dos programas do FMI de alimentar a desigualdade e empurrar ônus para populações vulneráveis. As provisões de austeridade frequentemente levam a cortes nos orçamentos de saúde, educação e outras prioridades de proteção social das quais os grupos de baixa renda e as mulheres mais dependem. O ônus do ajuste fiscal continua recaindo sobre as classes médias e pessoas vulneráveis, enquanto protege os mais ricos da sociedade. Mesmo quando medidas de receita são enfatizadas em vez de cortes de gastos, o FMI favorece impostos regressivos em vez de impostos sobre indivíduos e corporações ricas. Os pisos de gastos sociais são apresentados como prova de preocupação distributiva; no entanto, pesquisas mostram que são inadequados, estreitos e muito abaixo do que é necessário. O Fundo deveria exigir avaliações distributivas ex-ante e ex-post, garantir gastos sociais e tributação progressiva consistentes com estratégias nacionais de desenvolvimento e os ODS, e abandonar as provisões de austeridade que os esvaziam.

Terceiro, a RoC deve garantir alinhamento entre os programas do FMI e o Acordo de Paris, além de outros acordos internacionais. Os Programas do FMI frequentemente empurram os países para a extração de combustíveis fósseis e a destruição de ecossistemas, para exportar recursos naturais e obter as divisas que pagam os credores. O Fundo responde que seu foco em empréstimos climáticos pertence ao Fundo de Resiliência e Sustentabilidade — mas o RST requer um programa concomitante de tranche de crédito superior (UCT), então a RoC governará a política climática de qualquer forma, e as condicionalidades da UCT frequentemente vão contra as metas climáticas. Mesmo os programas do RST têm frequentemente usado uma abordagem única de "consolidação fiscal verde". A RoC deveria garantir que os programas do FMI conduzam avaliações de impacto climático ex-ante e ex-post, evitem condições que contradigam o Acordo de Paris, e facilitem investimentos em clima e natureza.

Comunidades em todo o Sul Global sentiram a dor enquanto o FMI tratou os resultados de choques externos e de uma arquitetura financeira internacional injusta como evidência das próprias falhas dos países, e enquanto priorizou os interesses dos credores e dos ricos sobre os interesses das pessoas e do planeta. O fracasso em mudar de rumo nesta Revisão de Condicionalidades e Desenho de Programas danificará a confiança em um FMI que está cada vez mais sendo usado como instrumento de objetivos geopolíticos de certos países; produzirá sofrimento e inquietação em todo o Sul Global; e deixará o mundo cada vez mais atrasado em suas metas climáticas. Instamos o FMI a mostrar que pode ouvir e mudar e demonstrar que este é verdadeiramente "não o FMI do seu avô".

O novo estudo da *The Lancet* vai na mesma direção, denunciando arranjos econômicos que não servem ao desenvolvimento e aos direitos humanos. O artigo começa com dois fatos: Há um declínio constante do financiamento global para assistência humanitária e ao desenvolvimento (*ODA*); E há uma crescente concentração global de riqueza nas mãos de muito poucos. A partir disso, o artigo introduz sua hipótese: Poderia a implementação de políticas de redistribuição de riqueza mitigar o impacto na saúde da crise atual? Sendo essa uma crise decorrente dos cortes constantes na saúde e na cooperação internacional. A resposta, chocando um total de 0 pessoas, é que sim, uma taxação mais justa seria capaz de mitigar a crise e preservar vidas.

"Em comparação com a categoria de base de AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento), o financiamento elevado de AOD foi associado a uma redução de 24% na mortalidade por todas as causas padronizada por idade (razão de taxas [RR] 0,76; IC 95% 0,67–0,87) e a uma redução de 33% na mortalidade de menores de 5 anos (0,67; 0,50–0,89). Análises de previsão mostraram

que, em comparação com as atuais reduções de financiamento de AOD nos 59 países de renda baixa e média-baixa selecionados, todas as dez políticas de redistribuição de riqueza foram associadas a milhões de mortes evitadas até 2030: no geral, o menor número de mortes evitadas foi de 6.591.984 (intervalo de incerteza de 95% 4.884.075–8.374.138) para um imposto de 3% sobre criptomoedas aplicado aos 10.000 maiores detentores, enquanto o maior número de mortes evitadas foi de 29.509.934 (20.273.842–38.603.961) para um imposto de 3% sobre a riqueza de indivíduos com patrimônio líquido ultra elevado; em crianças menores de 5 anos, os números correspondentes de mortes evitadas foram 1.312.912 (802.926–1.785.121) para um imposto de 3% sobre criptomoedas aplicado aos 10.000 maiores detentores e 3.464.607 (1.235.930–5.609.331) para um imposto de 3% sobre a riqueza de indivíduos com patrimônio líquido ultraelevado."

A outra peça selecionada é do *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, *"A juventude demanda um futuro"* também denuncia um sistema econômico que se agarra à austeridade, resiste à justiça econômica — mesmo quando ela custa vidas humanas — e tira da juventude a esperança e a alegria. A Carta Semanal nos leva aos últimos dois anos, durante os quais jovens de diversos países têm saído às ruas em protestos. Embora rotulados como "Geração Z", esses levantes não constituem uma classe social única nem compartilham uma experiência socioeconômica comum; cada um tem sua própria história e motivação específica (orçamento e austeridade no Quênia, corrupção e restrição às redes sociais no Nepal, sucateamento da saúde e educação no Marrocos, falta de água e eletricidade em Madagascar, e crime organizado e sistema previdenciário no Peru). Ainda assim, compartilham um sentimento comum: há dinheiro para estádios, credores estrangeiros e polícia, mas não para hospitais, empregos para jovens e escolas. Aqui escolhemos não entrar nos paradoxos dos movimentos, como a menção constante a corrupção e como alguns movimentos são, na verdade, fabricação de bots. A Carta vai pelo mesmo caminhando — não discutindo os "quem" e "como" — mas avaliando a base material desse descontentamento que não podemos ignorar: a alta no custo de vida, a desintegração da proteção social, a vulnerabilização dos trabalhadores e a lógica do individualismo que destrói comunidades.

> "A solidão não é simplesmente a ausência de companhia; é a sensação de ser dispensável para a sociedade. O jovem está conectado a milhares de pessoas por meio de um smartphone, mas desconectado das instituições que lhe permitem uma vida digna: o local de trabalho, o sindicato, a associação de bairro, o centro cultural e a organização política. O mercado oferece comunicação sem comunidade e visibilidade sem autonomia. (...)
>
> Mas a incerteza medida pelo capital é vivenciada de maneira muito diferente pela classe trabalhadora. Para os financistas, incerteza significa que um investimento pode perder valor, mas para um jovem trabalhador significa não saber se haverá trabalho no mês que vem, se o aluguel poderá ser pago, se haverá comida na mesa ou se a guerra ou as mudanças climáticas destruirão sua casa. As classes dominantes medem a incerteza enquanto a produzem. (...)
>
> Os chamados levantes da "Geração Z" representam a chegada política de uma geração cujo futuro foi comprometido. Sua revolta ainda não é um projeto organizado. A raiva espontânea pode se transformar em solidariedade e reconstrução socialista ou pode ser capturada pelo cinismo, pelo chauvinismo e pela extrema direita. A questão decisiva é se organizações duradouras conseguirão transformar a solidão da tela na camaradagem da luta."

Aproveitando a dialética material da realidade, trazemos outra peça do Instituto Tricontinental, agora em celebração ao centenário de Fidel Castro.

"Nesse marco, também participamos da *IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos,* realizada em *Havana, Cuba, de 6 a 9 de agosto*, com o objetivo de enviar uma mensagem de solidariedade ao povo cubano e de defesa irrestrita de sua Revolução, um dos principais campos de batalha da nova ofensiva do imperialismo sobre o nosso continente.

Não atravessamos uma conjuntura simples e, nesse sentido, não apenas temos um acordo comum, como também estabelecemos uma de nossas principais prioridades para a pesquisa que realizamos a partir do *Escritório Nuestra América do Instituto Tricontinental*. Como poderão ver na página web, estamos desenvolvendo uma série de projetos que, por um lado, buscam mapear qual é a caracterização atual das esquerdas em nosso continente, levando em conta o fortalecimento dos governos de extrema direita na região e os desafios políticos e organizativos que este momento coloca para as classes populares. Da mesma forma, estamos nos perguntando sobre o Futuro, tal como desenvolvemos no Dossiê 100 do Instituto, e quais são essas disputas a partir do nosso continente.

Celebrar Fidel é, sem dúvida, uma oportunidade de aprofundar essas duas questões. Em uma relação dialética, a construção do futuro só se realiza em nosso presente, o que nos obriga a perguntar como, no cotidiano, damos passos firmes em direção ao único horizonte possível para a salvação da humanidade: o socialismo.

Em Havana, com cerca de 200 delegados e delegadas de 27 países e 132 organizações, debatemos durante quatro dias não apenas sobre a necessidade, mas sobre a urgência da construção do socialismo como garantia para a defesa da soberania e da integração continental, com uma visão unitária em torno do inimigo que temos diante de nós e que hoje perpetua um genocídio silencioso contra o povo de Fidel. Pudemos ver, em meio aos ricos debates, a absoluta determinação de Cuba em defender sua Revolução até as últimas consequências, apesar dos efeitos devastadores do recrudescimento do bloqueio energético desde janeiro deste ano, que veio aprofundar os 60 anos anteriores de bloqueio ilegal à ilha por parte dos Estados Unidos."

Outra data histórica, a UNGA81 marcou, também, os 20 anos do famoso discurso de Chávez que, em 20 de setembro de 2006, subiu discursou 24 horas depois de Bush. Chávez fez o sinal da cruz, disse que a sala ainda cheirava a enxofre, e o salão explodiu em risos e aplausos. Não era o discurso que Chávez pretendia originalmente fazer, mas sim o resultado direto da profunda indignação causada por ouvir Bush falar como se fosse dono do mundo. Assim como a fala inicial, toda sua intervenção permanece relevante mesmo após duas décadas.

Chávez chegou à Assembleia Geral com um livro na mão, "Hegemonia ou Sobrevivência", de Noam Chomsky, para denunciar que a pretensão dos Estados Unidos de dominar o mundo colocava em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Naquela época, as tropas norte-americanas ocupavam o Iraque. Algumas semanas antes, Israel havia bombardeado o Líbano sob proteção diplomática de Washington. Nas capitais do Norte global, ainda se celebrava o "fim da história", a ideia de que o capitalismo liberal era o horizonte definitivo da humanidade. Chávez disse que essa tese havia sido provada falsa em apenas uma década, e que agora o futuro do mundo tinha que ser definido e chegara a hora do Sul entrar no jogo.

"O discurso encerrou em uma nota de otimismo. Chávez disse que havia uma aurora no planeta, visível na América Latina, Ásia e África. Vinte anos depois, esse otimismo exige precisão. O futuro não é uma data no calendário, mas uma ruptura que deve ser construída. A esperança não é expectativa passiva, mas uma prática que requer organização, disciplina e internacionalismo.

O enxofre que Chávez sentiu em 2006 não se dissipou; tornou-se mais denso e se espalhou além dos corredores diplomáticos de Nova York. É por isso que aquele discurso não pertence a um registro do passado, mas à nossa agenda atual. Ele nos lembra que o Sul tem voz, que a ONU pode e deve ser

contestada, e que a hegemonia do Norte não é uma lei natural. O que falta, como em Bandung, é o que sempre fez a diferença: os povos devem se organizar."

Saúde

Em Saúde, trazemos um artigo da *BreakThrough News* que reporta a forte censura que acadêmicos da medicina estão a sofrer por denunciar a destruição dos sistemas de saúde da Palestina e do Líbano; A crise de saúde do Congo que o avanço do Ebola em meio a falta de financiamento para prevenção, controle e mitigação; A necessidade de nos prepararmos para o *Super El Niño* (que ainda nem mostrou toda sua potência) e, por fim, um comentário sobre os avanços do Acordo Pandêmico.

Além da construção de uma narrativa de controle e apagamento dos fatos, há uma constante censura sob aqueles que reportam o que está acontecendo na Palestina e no Líbano: jornalistas, trabalhadores da saúde, membros de Organizações Internacionais, pesquisadores e civis se vem cada vez mais cercados por proibições e mecanismos de censura.

Como parte dessa tendência, o cirurgião Dr. Ghassan Abu Sitta foi acusado de antissemitismo perante órgãos reguladores médicos na Grã-Bretanha e, no final do ano passado, a especialista em saúde pública Dra. Mary Bassett foi removida do cargo de chefe do Centro Frances-Xavier Bagnoud para Saúde e Direitos Humanos de Harvard após campanhas de grupos pró-Israel. Da mesma forma, profissionais de saúde e acadêmicos com expertise em saúde em conflitos são continuamente desqualificados em conferências e reuniões por meio de adiamentos, diretrizes restritivas para palestrantes e tentativas de descrédito público.

A Dra. Eveline Hitti observa que a censura é especialmente pronunciada em ambientes acadêmicos, justamente pela credibilidade dos pesquisadores e pelo efeito cascata na comunidade médica.

Um exemplo recente foi o adiamento de um webinar da SAEM sobre saúde em conflitos no Oriente Médio, horas antes de sua realização, após intervenção da Associação Médica Judaica Americana (AJMA), que alegou que o evento seria "unilateral" por não incluir um palestrante israelense. Os palestrantes incluíam a Dra. Hitti e o Dr. Thaer Ahmad, que documentaram crimes de guerra israelenses contra hospitais e profissionais de saúde.

A tática central é a instrumentalização da "neutralidade médica" para afirmar que profissionais de saúde não devem se envolver em debates políticos, tentando equiparar críticas ao genocídio com antissemitismo. Esse argumento tem sido usado desde webinars acadêmicos até os corredores da OMS, onde a delegação israelense clama "politização" quando se discutem as condições de saúde na Palestina.

"Desde o início do genocídio em Gaza, profissionais de saúde estiveram entre as vozes mais altas a expor os ataques de Israel à assistência médica. Enfermeiros, médicos e outros profissionais de saúde alertaram incansavelmente que a destruição sistemática da saúde e da vida na Palestina é um modelo do que pode seguir se as autoridades de ocupação não forem detidas. Eles ajudaram a mobilizar milhões ao redor do mundo – mas também enfrentaram censura e tentativas de desacreditá-los dentro de seus próprios espaços profissionais.

Experiências recentes de profissionais de saúde sugerem que esses não são incidentes isolados, mas parte de uma estratégia coordenada para deslegitimar a expertise médica quando ela contraria as alegações de Israel sobre ataques a pacientes, profissionais de saúde e infraestrutura palestinos, libaneses e de outras nacionalidades."

Simultaneamente a uma campanha midiática milionária para mascarar o genocídio, acompanhamos o surto de Ebola que se espalha mais rapidamente na história, já tendo matado 2.786 pessoas em pouco mais de três meses — tudo isso em meio a diminuição notável de financiamento internacional.

"A eficácia da resposta é complicada por uma combinação de fatores – importantemente, conflito armado envolvendo múltiplos grupos, grandes concentrações de populações deslocadas, uma força de trabalho móvel atuando em minas, infraestrutura precária e falta de confiança pública, o que gera ataques a instalações médicas.

E há também uma grave escassez de fundos. Guterres disse a repórteres na sede da ONU que a resposta humanitária está apenas 48% financiada.

"Sem financiamento adicional, operações vitais ficarão sem dinheiro exatamente no momento em que precisam ser intensificadas", alertou ele. Os recursos atualmente disponíveis para a resposta "durarão apenas semanas, não meses", alertou a ONU.

"Sabemos como conter o Ebola, como interromper a transmissão e como salvar vidas, mas também precisamos superar outro vírus: o vírus da indiferença", disse Guterres."

Sobre o *Super El Niño*, um novo artigo publicado na *The Lancet* mostra que não nem vimos a máxima extensão da sua expressão — com fortes ondas de calor que acontecerão nos próximos anos. O artigo publicado no fim de setembro, é um alerta científico e político sobre a janela de oportunidade que se abre — e que está sendo desperdiçada — diante do super *El Niño* previsto para atingir +3,9°C de anomalia, superando o recorde de 2015-16. Sua principal contribuição é deslocar o debate do campo da reação para o da antecipação: como o El Niño é previsível com meses de antecedência, seus impactos na saúde (doenças infecciosas, desnutrição infantil, doenças relacionadas ao calor) não são fatalidades, mas crises anunciadas.

O ponto mais inovador é a proposta de separar, nos estudos de atribuição, o que é causado pela mudança climática antropogênica de longo prazo e o que é causado pela variabilidade natural do ciclo *El Niño*-Oscilação Sul. Essa distinção não é meramente acadêmica: ela permite, ao mesmo tempo, ações específicas para cada evento (como sistemas de alerta precoce) e planejamento estratégico de longo prazo (como Planos Nacionais de Adaptação).

"Uma pergunta importante a responder é: como podemos integrar a adaptação à mudança climática de longo prazo e a choques climáticos repetidos, enquanto exploramos sinergias entre as duas abordagens?

Adaptar-se à mudança climática é caro e há uma lacuna substancial de financiamento para adaptação na saúde. Estimar as contribuições relativas da mudança climática induzida pelo homem e do El Niño para resultados de saúde e econômicos ajudaria a alocar efetivamente recursos escassos e também poderia apoiar pedidos ao Fundo para Perdas e Danos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Também apoiaria casos de litígio climático onde isolar os papéis relativos de tendências climáticas versus variabilidade é essencial.

Sugerimos cinco passos que devem ser tomados para avançar o conhecimento e melhorar a preparação para o El Niño no contexto da mudança climática: (1) garantir que a urgência de proteger a saúde e prevenir doenças seja abordada pela ONU e em outras respostas internacionais a declarações oficiais de El Niño; (2) apoiar governos nacionais a avaliar os efeitos do El Niño e outros choques climáticos na saúde de suas populações e implementar ações antecipatórias, incluindo sistemas de alerta precoce; (3) ampliar a colaboração entre pesquisadores de clima e saúde para realizar estudos de atribuição clima-saúde, incluindo no contexto do El Niño, e fortalecer a capacidade nacional de realizar análises de

atribuição e usar os resultados para influenciar políticas e práticas; (4) realizar uma revisão viva dos efeitos do El Niño na saúde para garantir que evidências em evolução de impactos ao longo do tempo sejam amplamente disponibilizadas, e lacunas de evidências sejam abordadas; e (5) avaliar a custo-efetividade de intervenções clima-saúde no contexto do El Niño, incluindo sistemas de alerta precoce de doenças e eventos extremos, fortalecimento da capacidade do sistema de saúde, proteção contra inundações urbanas e ações para resiliência do sistema alimentar, e criar um banco de evidências de ações eficazes em diferentes contextos. Esses passos exigirão ação concertada entre partes interessadas principais, como financiadores de pesquisa e OMS, o sistema mais amplo da ONU, o Banco Mundial e organizações não governamentais. Essas organizações globais devem urgentemente capitalizar os avanços na ciência de atribuição para avaliar os ônus de saúde atribuíveis à mudança climática e à variabilidade natural. Isolar os impactos do ciclo El Niño-Oscilação Sul permite ações direcionadas e específicas para cada evento, enquanto isolar o sinal climático permite planejamento estratégico de longo prazo para aumentar a resiliência e implementar estratégias de adaptação intersetoriais, incluindo Planos Nacionais de Adaptação."

Para fechar nosso informe, trazemos um novo episódio do *podcast* do *Global Health Matters*, postado no início de setembro e comentando o Acordo Pandêmico e sua histórica, desde 2022 aos desafios atuais. Apresentado por Garry Aslanyan recebe duas convidadas: Anne-Claire Amprou, Embaixadora da França para a Saúde Global e copresidenta das negociações intergovernamentais que entregaram o acordo pandêmico, e Lia Tadesse Gebremedhin, ex-Ministra da Saúde da Etiópia e atual Diretora Executiva do Programa de Liderança Ministerial de Harvard. O tópico: Como líderes da saúde internacional constroem cooperação apesar de diferenças profundas, tendo como exemplo a negociação do acordo pandêmico e seu auge em 2025. Fazendo conexão a um assunto já muito tratado aqui, Lia Tadesse Gebremedhin destacou que é fundamental para o tratado fazer diferença, exigindo um sistema transparente para acesso a patógenos e compromissos significativos de compartilhamento de benefícios, com operacionalização clara e segurança jurídica para que os parlamentares possam ratificar. Ela alertou que "janelas de oportunidade como esta para a saúde global podem não surgir com frequência e podem se fechar".

Entre os temas discutidos estão: a necessidade de compromisso em negociações multilaterais (um acordo equilibrado deixa todos um pouco decepcionados); novamente, o anexo ainda inacabado sobre acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS), essencial para o tratado funcionar; o risco de negociações prolongadas perderem impulso; E a importância da confiança e da escuta ativa.

Lia explica que ministros da saúde não são treinados para seus cargos e precisam de equipes fortes e multissetoriais — incluindo diplomatas, estrategistas, analistas e especialistas em direito internacional. Anne-Claire compartilha que aprendeu no trabalho, vindo do setor de saúde e não da diplomacia, e que confiar nas pessoas, mesmo quando se diz que falta confiança, foi fundamental.

O episódio termina com dicas práticas: Anne-Claire recomenda que a saúde pública sempre tenha precedência sobre considerações políticas e que ninguém negocia sozinho; Lia aconselha ouvir o máximo de partes interessadas possível para construir confiança e encontrar terreno comum. O apresentador conclui com três lições: retornar ao objetivo compartilhado quando a política ameaça dividir; influência não depende do tamanho da delegação; e cooperação é uma arte construída sobre confiança — habilidades que nenhuma escola ensina, mas que podem ser aprendidas.